

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672586531>

## **Espaços públicos centrais em São Paulo: um ensaio sobre a desigualdade urbana**

*Central Public Spaces in São Paulo: an essay on inequality*

*Espaces Publics Centraux à São Paulo: un essai sur les inégalités*

*Espacios Públicos Centrales en São Paulo: un ensayo sobre la desigualdad*

 **Maura Pardini Bicudo Vêras**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

 **Isabela de Souza Ramos**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**Resumo** | Este ensaio busca analisar os espaços públicos centrais na cidade de São Paulo, entendendo-os como territórios vitais para o encontro, direito de cidadania, das manifestações políticas e das necessidades cotidianas de habitar uma cidade. Mais do que espaços voltados à circulação de pessoas e mercadorias, são valorizados pelo seu potencial sócio cultural. Entretanto, ao abordar as concepções de espaço público de determinadas óticas teóricas das ciências sociais, na cidade capitalista, com destaque para as zonas centrais paulistanas, observa-se a redução em fluxos pragmáticos de velocidade impedindo os encontros de sociabilidade. revelando-se espaços de insegurança, medo, violência com conflitos de diversas ordens. De forma inequívoca e visível os maiores conflitos se concentram em torno de uma questão habitacional e paradoxal, área servida de todos os equipamentos e infraestrutura urbanos, contém imóveis desocupados e ociosos e recebe em seus logradouros, marquises, praças e calçadas, uma população em situação de rua cada vez mais numerosa e ocupações urbanas de pessoas, organizadas ou não, em movimentos de luta por moradia. Essa centralidade paulistana surge como a negativa de moradia para os mais pobres, dois processos simbólicos da exclusão do mercado formal de moradia, evidenciando as falhas das políticas públicas de habitação.

**Palavras Chave:** Espaço Público Centrais, Alteridade, Conflitos, Urbanismo, Desigualdades habitacionais.

**Abstract:** His essay seeks to analyze the central public spaces in the city of São Paulo, understanding them as vital territories for encounters, citizenship rights, political demonstrations and the daily needs of inhabiting a city. More than spaces dedicated to the circulation of people and goods, they are valued for their socio-cultural potential. However, when approaching the conceptions of public space from certain theoretical perspectives of social sciences, in the capitalist city, with emphasis on the central areas of São Paulo, a reduction in pragmatic speed flows is observed, preventing sociable meetings. revealing spaces of insecurity, fear, violence with conflicts of different orders. In an unequivocal and visible way, the biggest conflicts are concentrated around a paradoxical housing issue, an area served by all urban equipment and infrastructure, contains unoccupied and idle properties and receives in its public spaces, marquees, squares and sidewalks, a population in a situation of increasingly numerous streets and urban occupations of people, organized or not, in movements fighting for housing. This centrality in São Paulo appears as the denial of housing for the poorest, two symbolic processes of exclusion from the formal housing market, highlighting the failures of public housing policies.

**Keywords:** Central public space, Alterity, Conflicts, Urbanization, Housing inequalities.

**Résumé:** Cet essai cherche à analyser les espaces publics centraux de la ville de São Paulo, en les comprenant comme des territoires vitaux pour les rencontres, les droits de citoyenneté, les manifestations politiques et les besoins quotidiens d'habiter une ville. Plus que des espaces dédiés à la circulation des personnes et des biens, ils sont valorisés pour leur potentiel socioculturel. Cependant, en abordant les conceptions de l'espace public à partir de certaines perspectives théoriques des sciences sociales, dans la ville capitaliste, en mettant l'accent sur les zones centrales de São Paulo, on observe une réduction des flux de vitesse pragmatiques, empêchant les rencontres sociables. révélant des espaces d'insécurité, de peur, de violence avec des conflits de différents ordres. De manière sans équivoque et visible, les plus grands conflits se concentrent autour d'une problématique paradoxale du logement, un territoire desservi par tous les équipements et infrastructures urbaines, contient des propriétés inoccupées et inoccupées et accueille dans ses espaces publics, chapiteaux, places et trottoirs, une population dans un situation de rues de plus en plus nombreuses et d'occupations urbaines de personnes, organisées ou non, dans des mouvements de lutte pour le logement. Cette centralité à São Paulo apparaît comme le refus de logement pour les plus pauvres, deux processus symboliques d'exclusion du marché formel du logement, soulignant les échecs des politiques publiques de logement.

**Mots Clés:** Espace public central, Altérité, Conflits, Urbanisation, Inégalités de logement.

**Resumen:** Este ensayo busca analizar los espacios públicos centrales de la ciudad de São Paulo, entendiéndolos como territorios vitales para el encuentro, los derechos de ciudadanía, las manifestaciones políticas y las necesidades cotidianas de habitar una ciudad. Más que espacios dedicados a la circulación de personas y bienes, son valorados por su potencial sociocultural. Sin embargo, al abordar las concepciones del espacio público desde ciertas perspectivas teóricas de las ciencias sociales, en la ciudad capitalista, con énfasis en las zonas centrales de São Paulo, se observa una reducción de los flujos de velocidad pragmáticos, impidiendo los encuentros sociables. revelando espacios de inseguridad, miedo, violencia con conflictos de distintos órdenes. De manera inequívoca y visible, los mayores conflictos se concentran en torno a una paradójica cuestión de la vivienda, una zona atendida por todos los equipamientos e infraestructuras urbanas, contiene propiedades desocupadas y ociosas y recibe en sus espacios públicos, marquesinas, plazas y aceras, a una población en situación de un número cada vez mayor de ocupaciones de calles y urbanas por parte de personas, organizadas o no, en movimientos que luchan por la vivienda. Esta centralidad en São Paulo aparece como la negación de vivienda a los más pobres, dos procesos simbólicos de exclusión del mercado inmobiliario formal, que ponen de relieve los fracasos de las políticas públicas de vivienda.

**Palabras Clave:** Espacio público central, Alteridad, Conflictos, Urbanización, Desigualdades de vivienda.

## Introdução

O presente artigo aborda, de forma ensaística, um dos aspectos relevantes da vida urbana, o espaço público, onde se efetuam as interações sociais, as diferentes formas de aproximação e afastamento entre pessoas, os conflitos pelo uso, as manifestações culturais bem como as do poder político e seus agentes. Pretende-se abordar os espaços públicos das regiões centrais da cidade de São Paulo por sua alta visibilidade das questões sociais presentes atualmente, simbolicamente representativas das profundas desigualdades da sociedade brasileira.

De início, uma reflexão sobre a Cidade; o mundo todo se urbanizou e é indiscutível que os espaços públicos estão nas cidades, mas entendidos como espaços de circulação, e mesmo as próprias cidades são vistas como espaços públicos. Embora tenha prevalecido entre nós a separação entre a casa e a rua (espaços privados e espaços públicos respectivamente) tal distinção hoje aparece como fronteira borrada pois as tecnologias, sobretudo as telecomunicações, publicizaram nossos lares e invadiram de privacidades nossas ruas.

Sobre fluxos e movimentação, Richard Sennett, em *Carne e Pedra* (publicado entre nós em 1997) diz que por volta de 1628 uma obra de William Harvey deu origem à verdadeira revolução científica, a descoberta da circulação do sangue em nova imagem e compreensão do corpo. À época, coincidentemente na consolidação do capitalismo, emergiu a dimensão do individualismo, pois o homem moderno é um ser humano móvel. Essas concepções foram corroboradas mais tarde por Adam Smith (1756) ao imaginar um mercado livre, de trabalho e de mercadorias, “operando de modo parecido à circulação do sangue e capaz de produzir idênticas consequências” (Sennett, 2003, p. 214-215). O *homo economicus* de Smith devia movimentar-se por toda a sociedade, explorar posses e habilidades oferecidas pelo mercado, tudo submetido ao valor de troca, transferindo valores e lealdades e afogando eventuais êxtases religiosos ou cavalheirescos “nas águas geladas do cálculo egoísta” como diriam em 1849 Marx e Engels ao tratar da revolução burguesa.

As descobertas da circulação do sangue feitas por William Harvey favoreceram mudanças de expectativas, com o desejo de livre locomoção, o desejo de mover-se e de dessensibilizar o corpo. Nossas cidades sucumbiram à força maior da circulação e esta parece ter sido a concepção mais forte para espaços públicos. Expectativas e planos urbanísticos bem como ideias sobre o higienismo da moradia e saúde pública levaram à liberdade de trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. Foi criado um novo arquétipo da felicidade humana, trocando moralidade por saúde e médicos e engenheiros sociais relacionaram saúde com locomoção/circulação. Muito se pode falar sobre isso, mostrando a evolução dessas ideias da cidade iluminista até hoje, mas por ora cumpre salientar apenas esse início que marca nossas cidades até nossos tempos. A tecnologia da locomoção, desde os automóveis até grandes rodovias, permitiu que pessoas se deslocassem para longe e o espaço de circulação tornou-se um lugar de passagem, uma rede de itinerários (Sennett, 1997).

A cidade contemporânea se explicita na metrópole. Se seus espaços são heterogêneos (zonas rurais, da indústria tradicional, da indústria moderna, de serviços sofisticados, de serviços de baixa qualificação, de habitação da pobreza, condomínios fechados de alta renda, shopping centers, zona de negócios, hotéis e parques de convenções), o tempo materializado nesses lugares é extremamente dinâmico, pois a co/presença ensina aos homens, territorializa, (des)territorializa e (re)territorializa, trata-se, assim, de tempo humanizado, não-natural, e que carrega consigo o enfrentamento dos iguais e dos diferentes.

Na cidade do capital, tudo é mercadoria, “tempo é dinheiro” e os marcadores de tempo, como o relógio e cartão de ponto/frequência para medir as jornadas de trabalho, surgiram como grandes conquistas tecnológicas e acabaram por dominar o espaço – o ambiente construído –, hoje substituídos pelo *home office*, o controle tecnológico da reestruturação flexível, o telefone celular, as telas informáticas todas, mas o que continua importando é o dinheiro. Há uma concatenação entre tempo, espaço, dinheiro e a metrópole, pois não se pode retardar a marcha da produtividade (Harvey, 1992; 2019).

O sistema viário precisa permitir fluxos rápidos (da força de trabalho, dos consumidores, das mercadorias), e os transportes coletivos também deveriam funcionar como verdadeira “máquina” (e essa foi uma das inspirações do urbanismo modernista). Assim, o espaço pôde dominar o tempo, e a aglomeração fordista fez que a metrópole fosse encarada como algo a ser domado, disciplinado, ordenado. O capitalismo fez a razão transformar-se em instrumental, pragmática, buscando eficiência e produtividade. Isso ocorreu quando alterou as cidades de espaços qualitativos, onde o homem podia se reconhecer, em espaço quantitativo e abstrato, tornando-as “valores de troca”, obedecendo aos mecanismos mesmos do processo de trabalho, que também se tornou trabalho abstrato-tempo materializado (Marx, 2013; Lefebvre, 1967; Harvey, 2019). É essa intenção produtivista da economia de mercado que domina a metrópole. Simmel já dizia que a economia do dinheiro pretendia transformar o mundo em um problema aritmético, dispor todas as partes por meio de fórmulas matemáticas, “precisão que foi efetuada pela difusão universal dos relógios de bolso” (Simmel, 1967).

Está-se tratando de espaços centrais da sede metropolitana de maior vulto do país, em que um cenário contrastante se torna visível: centro de decisões econômicas, políticas, culturais, com todos os equipamentos e infraestrutura urbanas, de um lado, e, de outro, população em situação de rua, cenas de violência, fome, conflitos e um “formigueiro” de pessoas nos fluxos do trabalho e/ou de busca de comércio e serviços, prédios ociosos e ausência de oferta habitacional para grandes segmentos das classes trabalhadoras sem acesso ao mercado formal de aluguéis e/ou aquisição de moradias adequadas. Retomando a escola de Frankfurt, Matos (1982) traz o cotejo entre a cidade de outrora e a metrópole:

A cidade tinha um passado, uma história descentralizada, uma soma de experiências próprias, de práticas cotidianas. O bairro tinha ele próprio seus micros lugares, suas aventuras, sua identidade. A cidade sabia igualmente marcar o tempo por tiros, signos periódicos de pertença ao grupo. Festas religiosas, políticas, privadas ou públicas se sucediam (Barré *apud* Matos, 1982, p. 47).

Também Lefebvre concebe a antiga aldeia como um espaço criado por um animal que segrega sua concha e que a cidade moderna se despiu desse invólucro natural (Véras, 1992). Muitos autores consideraram o capital com seu poder tanático que destrói o espaço fugidio da cidade, convertendo-a em metrópole impessoal e sem memória, buscando romper o tempo dos relógios (Matos, 1982).

No mundo em que tecnologias tentam diminuir o espaço (telemática, telefonia, Internet), diferentes práticas sociais buscam melhores posições no mercado e aí se insere a luta por melhores localizações urbanas. Nesse afastamento do mundo natural, dos ritmos naturais, em que sol e lua já não comandam as rotinas, a cidade do lucro (profitópolis) e as cidades “do gelo” (ICE, – Informação, Computador e Entretenimento), para alguns autores também se transformam (Véras, 1995; Virilio, 1993; Mumford, 1982).

Dessa forma, como a comunicação comprimiu espaço, o mundo tornou-se a aldeia global, em uma nova geografia, como é o debatido caso das cidades globais (Ianni, 1994; Sassen, 1991; Borja, 1990), onde as palavras de ordem são as da competitividade (ou complementaridade), utilizando-se de estratégias empresariais, pois tudo se tornou um grande mercado. As discussões que se seguem pretendem abordar as desigualdades presentes na sociedade brasileira, apreendidas pela seleção das manifestações visíveis e simbólicas dos conflitos nos espaços públicos centrais da capital paulistana e que evidenciam a lógica de mercado prevalecente nas relações entre os municípios que postulam seu direito à cidade.

Do ponto de vista metodológico, trata-se nesta exposição de uma revisão sistemática, com base em descobertas científicas anteriores consolidadas e consultadas, levantamento bibliográfico especializado com dados secundários e fontes oficiais, permitindo a reconstrução concreta da situação histórico social focalizada.

Este ensaio se estrutura em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Objetivando abordar as concepções de espaço público de determinadas óticas teóricas das ciências sociais e do urbanismo, busca-se analisar conceitualmente os espaços públicos na cidade capitalista, com destaque para as zonas centrais paulistanas. Em segundo lugar, procura-se apreender esses espaços como palco de conflitos da sociabilidade urbana, as relações entre iguais e diferentes em termos de territórios e de alteridade, no contexto das desigualdades brasileiras. Em terceiro lugar enfoca-se a centralidade paulistana como a negativa de moradia para os mais pobres, apesar da existência de imóveis desocupados na região, abrigando dois processos simbólicos da exclusão do mercado formal de moradia: a questão da população em situação de rua, as ocupações e as dificuldades de habitar o centro.

### **Cidade capitalista, seus fluxos e a velocidade**

Inicialmente pode-se apontar o espaço público como aquele lugar da cidade de propriedade e domínio da administração pública, responsabilizando ao Estado com cuidado e garantia do direito universal da cidadania para todos em seu uso e usufruto. São ruas, praças, rodovias, parques e outros. Do âmbito físico, pode-se considerá-lo como “vazio”, conformado pelos volumes construídos nas áreas de uso diversificado, como os de habitação, comércio, serviços e indústria, e, especialmente em zonas centrais da cidade, de

uso político e institucional, e, onde tradicionalmente têm se instalado esculturas artísticas de médio e grande formato e monumentos comemorativos. Tais espaços contêm o que é chamado de “mobiliário urbano”, isto é, equipamentos que facilitem seu uso: luminárias, bancos, lixeiras, pontos de ônibus, sinalização de trânsito e de informação (Alomá, 2013)

Essa descrição tão genérica objetiva apenas destacar aspectos tão costumeiros que nos passam despercebidos. Quer-se destacar aqui que, sendo os serviços urbanos uma responsabilidade do setor público, então os Espaços Públicos são inclusive os lugares por onde passam e se desenvolvem as redes de infraestrutura viária, de transporte, energia elétrica e técnicas, que garantam a habitabilidade, sejam estas na superfície, subterrâneas ou sem fio.

A cidade do capital, entretanto, deixa às forças do mercado de terra, dos ramos empresariais e do jogo de interesses privados a função de produção e distribuição do ambiente construído, e o Estado fica sob essas forças. Dessa forma, tem-se uma cidade desigual, dividida, segregada e em que os trabalhadores, em sua maioria não conseguem com seus salários usufruir de boa qualidade da moradia e de seu habitat urbano.

O que acontece no espaço público está relacionado com o uso das edificações que o conformam. A monofuncionalidade a que foram condenados muitos centros históricos e áreas centrais em geral, somada ao esvaziamento de habitações, gerou uma distorção perversa: o desequilíbrio de uso em horários. Durante o dia tornam-se centros caóticos, saturados de odores e ruídos, de uma animação extrema, mas quando fecham os estabelecimentos com atividades terciárias, os lugares voltam a ser solitários e geram insegurança ou a sua percepção (Alomá, ArchDaily Brasil, 2013, p. 13).

As cidades do século XX e XXI se explicitam nas metrópoles. A metrópole reúne muitas pessoas, diferentes estratos de renda e culturas, um grande laboratório de ideias, o lugar do enfrentamento, do conflito e também da comunhão e solidariedade. É ainda um conjunto de lugares e um conjunto de fluxos de passagem, no qual muitos migrantes e nativos vivem, sobrevivem, descobrem o mundo, em tempos nem sempre sincronizados. Em se tratando das áreas centrais de uma sede metropolitana, os espaços do chamado núcleo histórico de São Paulo carregam muitas marcas, inclusive a ser um lugar que reúne os excluídos, uma população “sem abrigo”, ambulantes, drogaditos, em convivência com trabalhadores de diversos tipos e também diferentes “tribos urbana”. E um fosso separa os mais ricos dos mais pobres e é representado pelos lugares centrais, diferentes usos e diversos tempos que acabaram sendo rejeitados pelos primeiros e acolhendo os segundos.

No quadro da metrópole transacional que é São Paulo, cuja grande força deriva do poder de controle sobre fluxos econômicos e sobre o território, as atividades hegemônicas que sedia são capazes de concatenar, organizar, por meio da informação todas as etapas do processo produtivo, superando a fase da metrópole industrial. A metrópole informacional se assentou sobre a metrópole industrial, mas transformou-a. Está-se diante de uma metrópole onipresente:

São Paulo hoje está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e imediatamente, o que traz como consequência, entre outras coisas, uma espécie de segmentação vertical do mercado e do território enquanto mercado, na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual (Santos, 1996, p. 157).

Mesmo a possibilidade de uma grande transformação nas configurações urbanas, como é o caso da concretização de uma cidade virtual (com base nos processos de informática, uma nova sociedade informacional), em desenvolvimento entre nós, pois essa possibilidade alterou o tempo metropolitano, pois trouxe o não-emprego, o não-deslocamento, num tempo sincronizado aos fluxos internacionalizados e isso não ocorre de forma generalizada para todos, como o período pandêmico nos ensinou.

Há uma urbanização do mundo, pois, no contexto de um espaço-tempo transformado pelas tecnologias de ação a distância, surge a cidade-mundo, e esse tempo não é partilhado pelos diferentes grupos de pessoas. Assim como há uma geografia social, poderíamos falar também de uma cronologia social, ou, como denominamos, assincronias urbanas (Véras, 1995). Ou como divulgou-se em 2003, topografias sociais, em uma *diverCidade* (Véras, 2003). Em se tratando da importância do tempo simultâneo:

[...] em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados marcados por dominâncias específicas. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território”, tempos de circulação, de passagem (Santos, 1996, p. 155).

Santos (1996) instiga nossa reflexão ao opor-se ao ponto de vista dominante sobre o papel da velocidade como força mágica e que permitiu à Europa civilizar-se e expandir essa “cultura” para o resto do mundo. Por essa visão, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o *fraco*, enquanto ricos e classes médias velozes seriam os *fortes*. Para esse autor, ocorre o contrário na grande cidade.

A força é dos lentos [...]. Quem na cidade tem mobilidade e pode percorrê-la e esquadrihá-la acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo: sua comunhão com as imagens, freqüentemente pré-fabricadas, é sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens 'lentos', por seu termo, para quem essas imagens são 'miragens', não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações [...] na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte [categoria Sartreana que significa totalização do passado que cria configurações resistentes na vida socioespacial] não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo (Santos, 1996, p.84-85).

Desse ângulo, para os imigrantes e para os pobres, a luta pela vida material no espaço público é um aliado para a ação, pois que os obriga a “pensar”, enquanto “a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação ao futuro. Por isso, os espaços luminosos da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos” (Santos, 1996, p. 85).

O autor se pergunta, ainda, como seria possível entender os mecanismos que criariam uma nova solidariedade, baseada nos tempos lentos da metrópole, a desafiar a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade. Como bem observou

Matos (1982), os “ludistas do tempo” buscavam desorientar o “cronômetro do frio cálculo”, recuperar o tempo perdido, resgatar as possibilidades de viver na cidade, dando força à história lenta, cada vez mais difícil nas metrópoles do mundo, conectadas na velocidade. Nas palavras de Santos (1996): “[...] para o homem comum, o mundo concreto, imediato, é a cidade. São por esses motivos que a cidade [...] é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais vasta e densa a co-presença e também maiores os laços e aprendizados” (Santos, 1996, p. 83).

Inicialmente, cabe ressaltar que a maioria dos autores que discutem a questão da sociabilidade no mundo contemporâneo, aqui abordados, concordam com o fato de que as condições da modernidade não favorecem o desenvolvimento da sociabilidade urbana. Bauman descreveu como na modernidade líquida tudo se transfigura muito rapidamente, eventos e informações marcantes num determinado momento, desaparecem sem deixar rastros. O mesmo tem acontecido com a cidade, quando bairros inteiros mudam de feição em poucos tempos ou se desenvolvem agilmente onde antes nada havia. Tal condição remete à perda da memória coletiva, pois o espaço e a vida urbanos sofrem seguidas perdas que levariam as pessoas a lembranças de um tempo de maior sociabilidade entre os indivíduos, tal como apontou Simmel (1967) em seu estudo sobre a metrópole e a vida mental.

Realmente, as sociedades contemporâneas acabam por se transformar de maneira contínua em sociedades flexíveis, sociedades líquidas, como afirma Bauman, mas mantendo divisões por renda, raça, cultura, paradoxalmente. Esse dinamismo influencia o desenvolvimento das identificações e a natureza das relações entre os indivíduos. Simmel dá pistas para a compreensão dos processos nas sociedades modernas. Para ele, as relações oscilam entre a continuidade e a descontinuidade, a certeza e a incerteza e, por meio do conceito de interação, enfoca a relação entre indivíduo e sociedade. A fluidez característica da sociedade moderna leva a uma perda de referências, o que pesa negativamente nas relações interpessoais tendendo a relaxar princípios éticos. O anonimato da multidão apressada facilita a emergência de comportamentos individualistas (Simmel, 1967).

Para Sennett (1998), pode-se observar no próprio desenho urbano atual como se deu o desgaste da dimensão pública. A diferença passa a ser, assim, um perigo constantemente ameaçador. Questões formuladas por Simmel como da indiferença, da questão do planejamento de cidades “funcionais” e os problemas de interação entre os seus moradores são vistos por Sennett de forma inter-relacionada com o declínio de uma vida pública contraposto à construção da própria noção de cidadania.

Nos espaços marcados para circular, a responsabilidade de se manter o respeito e a solidariedade entre as pessoas fica a cargo de alguma instituição. Pesquisas realizadas sobre a percepção do comportamento do outro no sistema metroviário revelam que os usuários esperam que o Metrô fiscalize e dissemine, por meio de campanhas educativas, orientações voltadas ao cumprimento das regras e de civilidade; o *outro* é definido quer por faixa etária, gênero, raça/cor, quer por renda, vestuário, aparência (Guedes, 2014). Esses estudos também apontam que o problema é sempre o outro, em São Paulo, constatou-se irritação e intolerância para com idosos no metrô (Guedes, 2014) que não teriam comportamentos aceitáveis em espaços públicos, pois eram lentos e atrapalhavam a necessária velocidade dos trajetos citadinos. A noção de coletivo é pouco desenvolvida e as causas apontadas nas

práticas indevidas expressam comportamentos individualistas. Atitudes desrespeitosas, passar na frente do outro, entre outras, são justificáveis pelo estresse da metrópole, necessidade de cumprir compromissos, pela lotação do sistema.

A todos estes elementos de caráter objetivo que distinguem o Espaço Público têm-se que acrescentar as disposições subjetivas derivadas basicamente pelo cotidiano, pelos imaginários individuais e coletivos, relacionados com histórias pessoais ou grupais, lendas e movimentos populares urbanos. O espaço público é o lugar por excelência da expressão política e cultural das pessoas, por mais diversas que sejam.

E, por isso, além de todas as condições citadas, o espaço público dispõe de algo essencial: permite conectar lugares e pessoas de todo tipo e procedência, em qualquer momento. Portanto, o espaço público é intrinsecamente o mais democrático da cidade ao facilitar o intercâmbio mais heterogêneo em tempo, espaço, idade, gênero, nacionalidade, como nos diz Alomá (Alomá, P.R. -UAC, ArchDaily. Plataforma Brasil, 2013)

### **Alteridade e conflitos nos espaços públicos da metrópole**

Para Arendt (1983), a condição humana é a pluralidade. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir, e a política também ocorre na vida cotidiana, sendo o espaço público o lugar por excelência da ação política. O que permite a coesão dos homens é a troca e a comunicação, como meio pelo qual os membros de uma comunidade internalizam seus compromissos para com os demais, constituindo-se como cidadãos. Dessa forma o espaço público é o cenário emblemático da cidadania.

Claudine Haroche (2008) também traz foco para a dimensão urbana da civilidade e questiona as formas e estratégias de se viver coletivamente no espaço citadino. Articulado sociologia, filosofia, história, antropologia e psicanálise para tocar os pontos frágeis dos laços sociais na cidade, esta autora fornece reflexões para compreender o mal-estar da urbanidade e perceber como a condição humana está intrinsecamente ligada à cidade. Segundo ainda essa fonte, a valorização do desapego na relação consigo mesmo e, em consequência, na relação com o outro, estranha a história dos vínculos entre indivíduos, leva a uma supressão, ou a um declínio da confiança no outro e em si mesmo, podendo decorrer com arrogância e violência na cidade. A grosseria, a brutalidade e a violência e mesmo a informalidade, afirma Haroche, situam-se “no cerne de interrogações fundamentais a respeito das sociedades democráticas ocidentais” (2008, p. 47).

A cidade é o lugar em que os homens se movem mais, e a co/presença lhes ensina a diferença. Quanto maior a cidade, maior o movimento e mais intensa a co/presença, e aí maior oportunidade de aprendizado (educação e reeducação). Mas surgem as relações de antagonismo com base nas diferenças.

De acordo com Jelin (1996), a alteridade seria a capacidade de conviver com o diferente, de se proporcionar um olhar interior a partir das diferenças. Significa que se reconhece “o outro” também como sujeito de iguais direitos. É exatamente essa constatação das diferenças que gera a alteridade. A xenofobia e o racismo, o preconceito e os estigmas, a segregação e a discriminação de etnia, gênero, idade ou classe social são formas espalhadas pelo mundo em que não há o reconhecimento do outro como um igual, com os

mesmos direitos. O fenômeno da alteridade é assim extremamente complexo para ser delimitado em categorias estanques, pois os conteúdos das várias representações sociais envolvidas no processo da alteridade, são, por natureza, mutáveis e dinâmicos (Jodelet, 1998; Moscovici, 1978).

Essa relação de estranhamento é recíproca, pois o outro, é o diferente, tanto o excluído, o dominado, quanto o agente do capital, do poder. Na sociedade brasileira, a pobreza, rural ou urbana, se viu sem condições de lutar efetivamente por seus direitos sociais, “[...] de modo que, mais do que vistos e tratados como seres de trabalho e fontes de lucro, fossem reconhecidos como seres de direitos [...]” (Martins, 1993, p. 27).

O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo, das possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criadas justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria (Martins, 1993, p. 13).

Segundo esse autor, a cultura latino-americana é antropofágica, subordinada à ideia da conquista (do território e das “almas”). Assim:

O tema da diversidade se impõe. É válido reunir fragmentos observados, reconstruindo-os, delineando uma linha interpretativa que sintetize a totalidade, que supere o olhar do cotidiano [...]. Convergindo a atenção para os vastos contingentes que trabalham e vivem em São Paulo, observam-se suas marcas significativas no espaço urbano, nos estilos de vida, diferentes formas de sociabilidade e cultura (Véras, 2012, p. 62).

Lefévre (1974) considerou que a cidade é o “espaço das diferenças”. A vida urbana é marcada justamente por essa característica do diverso, que é apresentado e representado em seu ambiente público. No entanto, conviver com a diferença não é um processo tranquilo. Muitas vezes a diversidade, longe de ser representada como possibilidade de expansão de conhecimento, acaba por produzir vários grupos com limites sobre pertencimento e exclusão. No processo de construção da alteridade, identidade e diferença estão intimamente relacionadas, ao mesmo tempo que se tem a imposição da ordenação e velocidade nos fluxos, os congestionamentos e sua decorrente lentidão são a característica mais marcante das vias da cidade.

Nesse sentido, se, como diz Arendt (1983), a cidadania é “consciência que o indivíduo tem o direito a ter direitos”, apenas o indivíduo consciente pode ser cidadão, entendido como sujeito que seja corporificado de direitos. E apenas os sujeitos que realizam a ação podem exercer de fato essa cidadania. É possível pensar na existência de cidadãos enquanto sujeitos participantes ativos do processo público e dotados de “aspectos simbólicos e éticos ancorados em inclinações subjetivas que conferem um sentido de identidade e de pertencer a uma coletividade” (Jelin, 1996, p. 18).

As relações cotidianas se baseiam em um sistema de significados e tal conjunto fornece uma margem de previsibilidade sobre as ações do outro, entretanto, ele se altera continuamente, devendo ser partilhado entre os indivíduos. Pessoas cruzando-se na cidade podem acontecer milhões de vezes por dia mesmo numa única área urbana. No entanto, embora fugaz, uma interação social acontece, nem sempre uma ação social, cujo sentido pensado pelo sujeito esteja voltado a seu semelhante, em termos weberianos (Weber, 1944). É um estranhamento no momento em que duas pessoas se aproximam uma da outra, cada uma rapidamente vislumbra a outra, desviando o olhar quando se cruzam, concedendo reconhecimento do outro como pessoa numa atitude de ausência. A desatenção civil, assim, é o tipo mais básico de relação envolvendo estranhos na modernidade. Esse seria o comportamento mais comum entre transeuntes no ambiente público, e prevalece no fluxo das pessoas que se cruzam nas ruas, nos transportes públicos, no trânsito e nos corredores dos shoppings, como um jogo em que uns continuam seu caminho independentemente de haver ou não outras pessoas em sentido contrário, e outros perdem caso cedam ou recuam, desistam da vaga ou assento. Há também a sensação de invisibilidade quando os indivíduos passam como se o outro não existisse como pessoa e fosse apenas um obstáculo a ser vencido (Simmel, 1967). Cabe aqui lembrar o processo de “esvaziamento do homem público” no meio urbano sugerido por Sennett (1999) e a ampliação da esfera privada.

A insegurança e o medo fazem as pessoas circularem nos espaços públicos com pressa; as classes com maior poder aquisitivo procuram condomínios onde se auto segregar e experimentam uma vida mais segura entre seus pares, e o espaço público vai perdendo sua diversidade, de trocas e de fruição para serem de co-existência de estranhos (Caldeira, 2000). Desse ponto de vista, a vida pública tende a desaparecer das cidades causando a redução da cidadania.

Entre os principais conflitos do espaço público no centro das cidades ainda podem ser citados a insegurança e criminalização (Alomá, 2014). A deterioração generalizada, social e física, cria uma imagem de abandono, desfavorecendo a percepção do centro histórico e das zonas centrais, o que acentua a tendência a figurarem “criminógenas” e perigosas. A cidade, por meio de seus espaços públicos, é cada vez menos usada no sentido de socialização, pois antes oferecia a possibilidade de interagir na direção da diversidade, de poder ver vizinhos, de serem aproveitados por crianças e jovens. As possibilidades de troca se reduzem, aumentando o individualismo, pois os vizinhos não se conhecem, as crianças não brincam na rua e nem suas escolas estão próximas. A vida é feita a portas fechadas, reduzindo a socialização (Sennett, 1999).

O vigoroso crescimento das assimetrias sociais criou a polarização social pela qual se criminaliza o excluído. Sob as leis de mercado e da ideologia da competitividade, tensões geradas por comportamentos cada vez mais elitistas, androcêntricos, racistas, até mesmo fascistas, são mais evidentes no espaço público, que é onde se assentam setores marginalizados, uma vez que as zonas centrais, abandonadas pelas classes de alta renda, que no passado venderam à especulação seus antigos palacetes (Villaça, 2011). Logo, os centros históricos passaram a ser vistos como o assentamento de cidadãos potencialmente “perigosos”. As classes altas e médias renunciaram ao espaço público da cidade por medo, e coube aos pobres conviver com ele. Este processo está identificado como a agorafobia urbana (medo dos espaços públicos), como efeito da dominação por um modelo econômico

e social que faz a cidade visível apenas onde é rentável.

A agorafobia é uma “doença de classe”, já que apenas podem se refugiarem no espaço privado as camadas privilegiadas. Os trabalhadores pauperizados em muitas ocasiões são as vítimas da violência urbana, e são enquadrados como “estranhos”, pois existem também a alterofobia e a aporofobia (Pastoral do Povo de Rua, em São Paulo, com a voz do padre Júlio Lancelotti, e da filósofa espanhola Adela Cortina, 2022). No caso brasileiro, pela herança escravocrata, em muitos momentos identifica-se a presença de negros nas áreas mais pobres relembrando as marcas da exclusão vivenciada na cidade da segregação social e racial (Nascimento, 1978; Oliveira, 2016).

Outros aspectos do espaço público são a poluição e congestionamento que se evidenciam de várias formas: o comércio ambulante, e que pode ser visto a partir de óticas diametralmente opostas, pois são observados tanto por sua “informalidade” e usurpação, quanto, de outro ângulo, por constituir-se em uma alternativa econômica de emprego e aquisição de bens para as camadas mais pobres da sociedade. No contexto neoliberal excludente, fica marginalizada do mercado laboral uma grande quantidade de setores sociais, e se supõe que esta autogerarção de emprego esteja assentada nas lógicas de subsistência, daí sua denominação como economia da pobreza. A maioria desses ambulantes, tomados por submundos do mercado, são terreno fértil para o ilegalidades (Alomá, 2013). Esta ocupação do espaço público foi crescendo, provocando distorções urbanas, tanto de ordem legal (praticamente espaço público acaba privatizado), de ordem física e social (único uso comercial e “marginalidade” que se reproduz). Apesar de ser tolerado por algum tempo e a depender das gestões municipais, gestões quando democráticas buscam manejar essa invasão do espaço público com alternativas que não excluam.

O espaço público tem sido invadido por uma tríade que o torna hostil: o automóvel particular, a contaminação atmosférica, a publicidade. A colonização do espaço público pelo automóvel particular (utilizado sobretudo por determinadas classes) deslocou o pedestre de forma quase absoluta; a rua deixou de ser um local de passeio para se converter num lugar por onde deslocar-se à maior velocidade possível, ou onde estacionar, espaços residuais geralmente degradados. O caos do trânsito de veículos foi se tornando um perigo para os cidadãos a pé, enquanto a prioridade que deveria ser dada aos sistemas coletivos e públicos de transporte acaba sendo comandada pelos empresários do ramo. Trata-se dos chamados meios de consumo coletivo (Lojkine, 1997), pagos pelos usuários ou subsidiados pelo Estado, trazendo graves questões à vida dos cidadãos e trabalhadores (ArchDaily – Plataforma Urbana, 2014). Obviamente essa quantidade de automóveis disputa o sistema viário com os outros usos, inclusive de transporte público, gerando contaminação do ar que, aliada à poluição por outras fontes, produz danos à saúde e ao ambiente. Em São Paulo o rodoviarismo foi implantado desde os anos 1940, com o Plano de Avenidas que fizeram a cidade espriar-se em várias direções. Os ônibus substituíram paulatinamente o transporte por trilhos – por bondes, e essa modalidade hoje permanece enquanto trens e metrô, embora ainda insuficientes diante da demanda. O crescimento das periferias desequipadas, distantes em São Paulo e que, de maneira geral, não oferecem oportunidades de trabalho, que abrigam grande contingente de trabalhadores, ocasiona pesados deslocamentos pendulares no trajeto casa-trabalho com desgastes cotidianos. E por último, a propaganda

comercial, presença da sociedade de consumo que não apenas polui com mensagens publicitárias ou distrai a atenção do trânsito, mas cobre valores arquitetônicos, urbanos ou paisagísticos submetendo-os. Na lógica de mercantilizar os espaços urbanos, são valorizados os aspectos relacionados à estética, aos valores simbólicos, ao consumo e aos estilos de vida.

### **Questão habitacional nas áreas centrais**

Lefebvre (2001), ao afirmar que a essência social do ser humano se manifesta no cotidiano e que esse se dá através do urbano, completa que a cidade e a vida do homem estão conectadas de maneira inseparável, assim como o futuro desse indivíduo. Também Santos (1987), adiciona que o homem está fadado a ser julgado pelo local onde vive, sua localização dentro da cidade. “Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas” (Santos, 1987, p. 107). Isso se dá pela acessibilidade de oportunidades, pelas vantagens que a cidade oferece para poucos, e tudo se traduz em tempo, preço e frequência.

O direito de morar muitas vezes é confundido com o direito de ser proprietário de um imóvel (Santos, 1987), mas esse autor afirma que o problema está justamente na ótica de apropriação de um bem caro, dados os altos custos de se adquirir devido aos preços das construções, nos valores do solo urbano e sobretudo na preocupação com o lucro empresarial, e não com o direito de morar para todos. Uma vez que habitar vai além de se ter um teto a, “[...] mais do que teto, parede e piso, a moradia é direito à cidade, ao ambiente construído, aos equipamentos, ao endereço de cidadão, à paisagem e a seu território. No capitalismo, é encarada como mercadoria cara e custosa” (Véras, 2016, p. 178). Quanto maior a oferta de bens e serviços, quanto maior o acesso adequado à cidade que um local oferece, maior será o custo do morar, uma vez que os investimentos no local estão ligados diretamente ao seu valor de troca.

O Centro de São Paulo, em se tratando do chamado centro histórico<sup>1</sup>, sofreu com dinâmicas do mercado imobiliário, uma vez que, com o surgimento de novos polos econômicos e comerciais, passou a não atender às demandas do mercado. Meyer (1994), afirma que esse movimento teve início nos anos 1950 e 60, quando as atividades econômicas passaram a exigir edifícios mais modernos e a Avenida Paulista assumiu esse papel com novas construções; assim, de maneira gradual o Centro Histórico foi perdendo espaço para os novos polos que estavam surgindo. Mas esse processo se intensificou na

---

<sup>1</sup> É conhecido que cidade de São Paulo desde a segunda metade do século XIX, quando o ciclo do café fez que fosse elevada à capital da província e trouxe intensa urbanização, presença de bancos voltados a exportação do café e abrigou a elite proprietária moldando-se a esse capital agrário comercial, com bairros burgueses e conheceu uma industrialização pioneira, comportando também bairros operários. O centro histórico da época era identificado pelo triângulo formado pelas ruas Direita, São Bento e rua Quinze de novembro. Cidade ainda compacta, servida por transporte de trilhos, os bondes, cuja expansão exigia maiores recursos de instalação e energia elétrica. Após a proposta do Plano de Avenidas ter sido vencedora em 1930, paulatinamente aconteceu a expansão da cidade, impulsionada pelas vias radiais e pelo transporte de rodas, ônibus e carros particulares, configurando o rodoviarismo prevalecente até nossos tempos. Ver. entre outros, Ostlund e Rafael Pavan (2014), Richard Morse (1970), Matos, (1955).

década de 1980, como afirma também Kowarick (2004), ainda trazendo mais justificativas para o fenômeno; na década de 1990 quando as ações na área central foram pontuais, com apenas algumas exceções, porque o local passou a ser uma área de difícil acesso e permanência, houve um aumento da poluição ambiental (sonora, atmosférica e visual), a devastação de muitos espaços, a falta de estacionamentos, além dos problemas no trânsito. Isso tudo contribuiu para a desvalorização e afastamento das pessoas do Centro, até mesmo o poder público colocou a região em não prioridade. A área central então, antes dominada pela elite, perde tal ocupação e oferece espaço para uma população menos abastada, que busca melhores condições de vida; esses contingentes podem encontrar valores mais acessíveis para morar, mas também estão em movimentos para ocupar as prédios ociosos, bem como estão morando nas ruas, buscando se abrigar em marquises ou vãos possíveis em inequívoca luta pela sobrevivência na miséria.

No nível de estudo deste texto, o Centro foi exatamente o que Villaça (1994) chamou de Centro Principal, na linguagem popular, Centro Velho Para melhor compreensão apresentam-se em perímetro amplo, os bairros: Barra Funda, Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Consolação, Cambuci, Liberdade, Mooca, Pari, República, Santa Cecília e Sé. Outra divisão é realizada por Frúgoli (2000): “Centro Tradicional” (da Praça da Sé até a Praça do Patriarca, com eixo na Rua Direita) e o “Centro Novo” (da Praça Ramos de Azevedo até a Praça da República, com eixo na Rua Barão de Itapetininga). Como São Paulo se divide hoje em 96 distritos, pode-se identificar basicamente o Centro Histórico nos distritos da Sé e da República.<sup>2</sup>

O esvaziamento de espaços que constituíam o maior Centro comercial da cidade, tem como efeito o abandono de muitos imóveis que permanecem vazios. Segundo Silva, (2001), esses edifícios são prédios comerciais de pequenos escritórios com dez ou mais andares, a maioria sem garagem e ar-condicionado; edifícios residenciais de grandes apartamentos, porém poucos banheiros e sem garagem; hotéis; e pequenos edifícios com uso misto, comercial e residencial, este último às vezes apresenta seu térreo ainda ocupado. Com essas características é possível entender que muitos desses edifícios já não atendem às demandas atuais, onde o automóvel é comum cotidianamente, e edifícios de escritório e residenciais de médio e alto custos, em sua maioria, apresentam hoje sistema de resfriamento. Com isso, tais edifícios seguem desvalorizados e não despertam o interesse do mercado. Nesse sentido, de acordo com Kowarick (2004), nessas condições, haveria, aproximadamente, o equivalente a 36 mil moradias vazias, isso sem contar os imóveis desocupados que têm característica comercial ou empresarial.

Apesar da vacância imobiliária, o Centro de SP tem um fluxo intenso de pessoas, (Kowarick, 2004), e, à época dizia apresentar 530 mil habitantes na área central, 723 mil empregos formais, 3,8 milhões de pedestres passam pela região diariamente, dois milhões de passageiros de alguma forma transitam pela Sé e República pelas 294 linhas de ônibus, 17 estações de metrô ou pelas três ferrovias que por ali passam. Apesar desse grande fluxo,

---

<sup>2</sup> Podem-se citar pontos importantes no Centro histórico: o Pátio do Colégio, origem histórica cidade de São Paulo em 1554; a Praça da Sé, onde está o “marco zero” do município e a Catedral Metropolitana de São Paulo; a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo São Francisco; a sede do Tribunal de Justiça de São Paulo; o Edifício Martinelli e, sobretudo, as ruas do antigo triângulo, São Bento, Direita e Quinze de Novembro. O mosteiro de São Bento, no largo do mesmo nome, A Bolsa de Valores, o Mercado Municipal e ainda outros marcos históricos.

a noite essa dinâmica se altera, dando lugar a um espaço quase deserto, uma vez que muitos desses indivíduos que passam por ali moram afastados do local, e se caso morassem na região, poderiam até mesmo desafogar consideravelmente o trânsito da cidade. Além disso, o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA), intitulado: “Município em Mapas: cultura e território: uma análise da economia e dos espaços culturais na cidade.”, mostra que “ainda persiste um padrão de localização que privilegia as áreas mais centrais do município, não por acaso aquelas em geral habitadas por segmentos de renda mais elevada e mais bem servidas pelos sistemas de transportes” (Sempla, 2007).

O centro de São Paulo constitui uma região privilegiada em relação ao resto da cidade. Trata-se do ponto de maior mobilidade da metrópole, com seu entroncamento rodo metroferroviário. A partir dali, pode-se acessar qualquer ponto da cidade, o que constitui uma característica ímpar se levarmos em conta a trágica situação dos transportes coletivos. Trata-se ainda do local com maior número de empregos na região metropolitana. Nela, estão importantes museus e salas de espetáculo, bem como universidades, escolas públicas e equipamentos de saúde, sedes do judiciário, órgãos governamentais (Maricato, 2015, p. 61).

### **População em situação de rua**

A existência desse contingente é fruto das injustiças sociais e também evidencia a inadequação e limites das políticas habitacionais oficiais no Brasil que há anos têm privilegiado a aquisição de moradias, vistas como mercadoria cara, inacessível à maioria dos trabalhadores, especialmente quando situadas em localizações urbanas das áreas centrais ou providas de infraestrutura e equipamentos necessários à vida. Os mecanismos seletivos e bancários têm alijado grandes contingentes pauperizados de moradia adequada, resultando em favelas, cortiços, loteamentos irregulares nas periferias desequipadas, expulsões perenes, em um constante nomadismo urbano (Véras, 1987; 2016; 2020).

Há porções urbanas em que se destacam territórios da precariedade; iniciando pelos cortiços, que surgiram nas áreas historicamente populares na cidade, havendo forte presença de habitações congestionadas que geralmente são vistos como bairros degradados e assim até estigmatizados. E quando o cortiço aparece em zonas de aquecimento imobiliário, ou até em processos de gentrificação, a discriminação e a disputa pela localização aumentam até que sejam removidos. Nesse sentido, acabam por constituir-se sempre como territórios da alteridade, bem como assim podem ser designados os espaços da “quebrada”, da periferia. Os cortiços se constituíram o tipo de moradia popular mais antigo em São Paulo, desde os primórdios de sua industrialização dos finais do século XIX. Também identificado como habitação coletiva precária de aluguel, recebeu diversos apelidos como “cabeça de porco”, casa de cômodos, quintalão, avenida, “casa de malta”, a depender das situações regionais e da acentuação de traços presentes em sua configuração; em São Paulo, representou de várias formas uma alternativa de moradia para amplos segmentos da classe trabalhadora pauperizada e consiste de múltiplos cômodos de aluguel, a maioria na informalidade. A localização sempre foi em áreas centrais servidas de infraestrutura, mas com distribuição interna insuficiente de pontos de água e sanitários, sem privacidade e com coabitação involuntária. Com a expansão da cidade os cortiços passaram a ocorrer em zonas intermediárias e nas periferias, com a precariedade agravada nesse caso

pela ausência dos atributos urbanos adequados à moradia. Sem estimativas seguras, algumas fontes apontam 600 mil moradores de cortiços na cidade, mas movimentos de moradia acreditam cerca de 1 milhão de encortiçados na cidade (Veras, 2016), mas já foram apontados como representando até 6% dos habitantes da capital (Kowarick, 2016) e, seguindo esta estimativa, em termos atuais pelo Censo Demográfico do IBGE (2022), de um total de residentes na cidade, 11 451999 pessoas, ter-se-ia quase 700 mil encortiçados.

Quanto às favelas, em São Paulo começam a surgir nos meados do século XX, quando do forte surto industrial, em especial da indústria automobilística na região do ABC paulista (Veras; Bonduki, 1986). O primeiro Censo de favelas levado a efeito pela municipalidade foi feito em 1973 e o contingente favelado representava 1,0% da população de São Paulo. Em 2016 o contingente favelado foi estimado em 11,38% da população municipal (Pasternak, 2016). A precariedade da moradia se caracteriza pela posse ilegal da terra, ocupação de início desordenada, atualmente em parte originada de movimentos, organizados ou não, de luta por moradia. Em São Paulo, em geral, as favelas se situam em beiras de córrego, vias expressas, morros e áreas periféricas, não sendo localizadas em áreas centrais, uma vez que estas zonas de alto valor fundiário dificilmente permanecem vagas ou disponíveis para moradia da pobreza.

Mas a população em situação de rua na capital paulista, sem dúvida, é o exemplo mais visível do nomadismo urbano e da desigualdade social. O crescimento da população sem domicílio é assustador. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), no ano 2000, conta que existiam na cidade de São Paulo cerca de 8.706 pessoas em situação de rua, saltando em 2015 para um total de 15.905 pessoas. No censo de 2019 sobe para 24.344 pessoas contadas, atingindo no ano de 2021 por volta de 31.844 pessoas que estão em situação de rua na cidade de São Paulo, segundo o Censo da População em Situação de Rua feito pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Prefeitura Municipal de São Paulo. Outro estudo datado no mesmo ano de 2021, realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais (POLOS-UFMG), registrou um número ainda maior, de 36.367 somente na capital paulista, diante de 65.728 pessoas no Estado de São Paulo e às 160.097 contabilizadas em nível nacional (Dias, 2021).

Para além dessa apuração, esse segmento social se caracteriza pela heterogeneidade em sua composição. Trata-se de uma população que integra pessoas de várias idades e que se compõem indivíduos sós e, enquanto famílias, homens e mulheres sem filhos ou acompanhadas com crianças e adolescentes, mulheres gestantes, egressos do sistema prisional, imigrantes e migrantes de outros estados do país, pessoas com deficiência (PcD), segmento LGBTQIA+, usuários e dependentes químicos, com diversos níveis de escolaridade, profissão etc. (Cordeiro, Anjos Neto, 2021; Cordeiro, 2018; Veras, Cordeiro, 2023).

Dessas pessoas localizadas na cidade de São Paulo no ano de 2019, 85% eram do sexo masculino (20344) e 15% do sexo feminino (3604), mantendo a proporção vista em 2015, ou seja, não há mudança na predominância masculina. Em 2021, o público de pessoas em situação de rua predominantemente atingiu a faixa etária entre 31 e 49 anos, com 49,4%, e maior incidência ainda é a de pessoas declaradas pardas com 47,1%, seguida por pessoas declaradas brancas, com 25,8% e pretas com 23,7% (Censo, 2021). Essa marca

representa expressivo aumento em relação a 2015, com uma variação anual de 11,23% entre as datas dos censos (Censo da população moradora de rua, 2019, SMADS-SP).

No quadro geral das desigualdades sociais brasileiras na atualidade e da inoperância das políticas públicas, chama-se aqui a atenção para esse componente da vulnerabilidade representado pelo nomadismo urbano. A evolução do conceito de vulnerabilidade, por sua vez, e seus deslizamentos apontam para uma reflexão em torno da multidimensionalidade, sendo evocados aspectos ambientais propriamente ditos, porém reconhecendo a relevância da dinâmica social, integrando a reflexão em seu caráter econômico, cultural, social e político. Respeitando suas origens ligadas ao estudo da pobreza, adota-se aqui o conceito, porém destacando a questão da dificuldade de famílias, grupos e indivíduos, de estarem municiados para enfrentarem riscos que os envolvem. A ideia é, em resumo: “[...] um estado que varia em uma relação inversa à sua capacidade para controlar as forças que modelam o seu próprio destino, ou para combater seus efeitos sobre o bem-estar” (Kaztman, 2000, p. 3). Trata-se de uma população heterogênea, mas de maneira geral que está em situação de pobreza extrema, sendo paulatinamente jogada nas ruas, resultante dos processos advindos das situações habitacionais precárias, expulsões, despejos, conflitos e que culminam em total e explícito nomadismo urbano. Ocupam ruas, baixos de viaduto, jardins públicos, calçadas, marquises e improvisam algum abrigo quando possível. Por contingência, necessidade, por vezes transitória, por outras permanentes, acabam por ocupar também prédios abandonados, carcaças de veículos, cemitérios, ruínas, áreas degradadas. Cerca de metade desse conjunto recorre a albergues para pernoitar e a pesquisa do Censo em 2019 denominou esse subconjunto de “acolhidos” e a outra metade de “rua”.

Quanto à distribuição espacial dessa população na cidade de São Paulo: em ordem decrescente a pesquisa do Censo de 2019 (SMADS-SP) indicou grande concentração na região central do município, a Sé, com 45,38% dos moradores de rua. A seguir, a Mooca com 19,63%, depois Santana, Tucuruvi, apresentando 4,25 % das frequências, que vão diminuindo em direção às periferias mais distantes. A interação desses moradores de rua é conflitante com as políticas urbanas higienistas. Atrelado à noção de saúde pública, o higienismo se conecta com um preconceito hierárquico de que essas pessoas são possíveis e passíveis de contágio de doenças (Giorgetti, 2004, 2014; Lanfranchi, 2022; Vêras, Cordeiro, 2023).

Há certa especificidade enquanto população em situação de rua em sua identificação, a seu modo, devido a diversas trajetórias conceituais, como se sabe, acompanhando diferentes representações sociais relativas à sua existência. Tais concepções acompanharam o processo histórico econômico, político e cultural da sociedade brasileira em geral, e sua pobreza, em particular. Muitos termos foram utilizados ao longo do tempo aos “moradores de rua” (Giorgetti, 2004), “sem-teto” (muitos como integrantes de movimentos na luta por moradia), “mendigos” (muitas vezes usados pejorativamente) e, ainda, as expressões estrangeiras( a francesa *sans-domicile fixe*, os que não habitam domicílios convencionais, o que, no caso brasileiro, pode englobar os favelados ou outras formas improvisadas, ou inglesa-*homeless*). Muitos estudos, em diversas conjunturas e no debate acadêmico sobre as desigualdades sociais, oscilaram sobre os temas da nova pobreza, da marginalidade, da exclusão social. Diversos autores fizeram parte dessa agenda

teórica na América Latina e no Brasil, e tal debate, embora pertinente, não é possível nos limites do presente artigo.

Por sua vez, a designação de população em situação de rua foi aceita no âmbito das políticas de assistência social, dependendo dos pontos de vista culturalmente aceitos das classes sociais, reconhecendo a existência de preconceitos, o que é perceptível no noticiário da imprensa, na mídia, no jargão profissional dos trabalhadores das instituições que com ela trabalham, nos setores da saúde, da própria assistência social, dos funcionários da rede de acolhimento dos policiais e dos trabalhadores de serviços de limpeza urbana e assim por diante (Giorgetti, 2006, 2007; Lanfranchi, 2021).

A pobreza e as vulnerabilidades são a evidência concreta das desigualdades sociais e são produto de um determinado tempo histórico e suas contingências políticas e econômicas. E, justamente por isso, não se deve perder de vista seu enfrentamento estrutural, que pressupõe a socialização da riqueza produzida. Convém lembrar que nas raízes da desigualdade social brasileira, mesmo após o ordenamento jurídico da constituição de 1988, vêm se mantendo políticas sociais em seu caráter seletivo, compensatório, setorizado e fragmentado, (Yamamoto, Oliveira, 2010, p. 11), permanecendo sem dar à maioria dos trabalhadores a dignidade desejada que permanecem em cidadania mutilada, como diz Milton Santos (2014). A distância entre proprietários de terras e escravos desapropriados desde a abolição se consolidou, veio se ampliando e fez a luta pelo espaço urbano tornar-se cotidiana; “os traços do racismo e da violência colonizadora marcam até hoje os trabalhadores e as famílias de baixa renda, se revelando no perfil médio daqueles em situação de rua que seguem sendo de maioria masculina, de pretos e pardos, vivendo de trabalhos informais e inseguros” (Lanfranchi, 2021, p. 61). Sua vulnerabilidade se associa muitas vezes à carência de moradia, uma vez que esta não é vista como um direito humano, e sim um objeto a ser adquirido e pago. Há também interpretação relacionada à migração urbana não planejada, problemas oriundos de deslocamentos causados por conflitos, desastres naturais, racismo (Nascimento, 1978) Permeiam questões relativas à saúde mental, uso e dependência de substâncias psicoativas com álcool e drogas, conflitos familiares etc. (Brasil, 2009). Resumindo, a população em situação de rua expressa fortemente a materialização das violências impostas pelo sistema capitalista (Silva, 2009), marcadas mais ainda pelas fronteiras da sujeira, do corpo abjeto que assusta e afasta (Frangella, 2005), o que significa uma condição social estigmatizada (Goffman, 1992).

A heterogeneidade identificada vem acompanhada de demandas, normalmente relacionadas a privações e violações de direitos, perdas ou fragilidades de vínculos de afetividade, desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza, e por diferentes formas de violência etc. Constrói-se uma rede de apoio, definida entre conhecimento, cuidado, atenção e acolhimento, que ligam os diferentes atores ao trabalho com as pessoas em situação de rua (Gramajo *et al.*, 2023).

No município de São Paulo a execução da política pública de atenção à população em situação de rua esteve centrada quase exclusivamente na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS). A cidade de São Paulo representa a maior rede socioassistencial, tanto em termos numéricos, como pela diversidade de modalidades e capacidade de atendimento, seja estatal ou parceira. (Véras; Cordeiro, 2023).

No entanto, refletindo sobre os serviços socioassistenciais e o tipo de atendimento oferecidos, Lanfranchi (2021) analisa que seria alcançar um atendimento nas modalidades de moradia provisória, superando o modelo de atendimento mais tradicional com ênfase na tutela dos sujeitos. chama-se atenção da necessidade de assumir espaços de articulação com outras políticas públicas, mais especificamente de habitação. Quando de elaboração do Plano Municipal de Habitação, apresentado como Projeto de Lei nº619/2016, o atendimento à população em situação de rua não precisa limitar-se ao acolhimento em albergues, mas haveria a possibilidade de um “serviço de moradia social” contido no documento citado em seu capítulo II, do referido Projeto de Lei compreendendo explicitamente tal público como beneficiário; tratando tal serviço em diferentes modalidades (Véras; Cordeiro, 2023).

### Ocupações urbanas

Embora brevemente, deve-se demonstrar a importância da questão habitacional nas áreas centrais, abordando a questão das ocupações urbanas. Com todas essas dinâmicas acontecendo no Centro e sendo esse um dos espaço com melhor infraestrutura e distribuição de bens de serviço dentro da cidade, no final do século XX, uma parcela da população explorada se organiza e expõe os problemas sociais e econômicos da cidade e ocupam alguns desses edifícios ociosos, em busca de melhores condições e visibilidade, questionando os direitos à moradia, a função social da propriedade, e até mesmo a aplicação dos recursos públicos (Bomfim, 2004). A autora vê essa ação como uma reação à segregação espacial/social sofrida por determinados grupos, marcas de uma cidade que tem “aproximadamente 25% da população vivendo em condições habitacionais precárias: dois milhões em favelas, 600.000 em cortiços e 10.000 nas ruas.” (Bomfim, 2004, p. 42 *apud*. IBGE, 1991; FIPE, 1997, 2003), isso tudo ainda sem adentrar na questão da falta de equipamentos públicos para essas e demais pessoas que vivem no território.

As ocupações são reações à espoliação sofrida por esses grupos sociais, marcados pelo problema habitacional na cidade, que tem aproximadamente 25% de sua população vivendo em condições precárias de habitabilidade [...]. As ocupações, segundo as lideranças, têm os seguintes objetivos: implementação de políticas habitacionais de interesse social na área central, melhoria na localização das habitações de interesse social, ampliação do atendimento a famílias de renda familiar entre um e três salários mínimos e maior participação dos movimentos sociais no direcionamento das políticas habitacionais (GFAU, 2002). Indiretamente, essas ações procuram garantir a participação desses grupos no processo de reabilitação da área central (Bomfim, 2004, p. 42).

Segundo dados levantados pelo Grupo de Mediação de Conflitos, da Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo, em 2018, existem 53 ocupações na região central da cidade, e que reúnem 3.300 famílias. Esses números na prática provavelmente são maiores, uma vez que as ocupações são irregulares e ainda sofrem com a sua marginalização. Reivindicando não apenas moradia, mas sim por “teto mais serviços”, e contra as formas de apropriação privada, esses movimentos pretendem mudar a cidade, contra os moldes do mercado e dos seus interesses, que atualmente têm autonomia sobre o território (Carlos, 2007).

Com isso, falar do Centro de São Paulo é falar do espaço que deu início a cidade, e assim do seu Centro histórico. Uma região que foi densamente ocupada durante o seu surgimento pelas atividades econômicas e residenciais, e hoje sofre com as consequências da vacância imobiliária e desvalorização. Segundo Silva (2001), existe uma opinião unânime entre os urbanistas, de que a área central seria a mais apropriada quando se pensa em habitação, uma vez que por ali já passam milhares de trabalhadores todos os dias, e pelo local já possuir infraestrutura de saneamento, energia, telefonia, além de oferecer transporte público, equipamentos coletivos e de serviços em abundância. Muitos desses bens de serviços são pouco utilizados no período da noite, uma vez que são usados 400% a menos do que no período diurno, justificando a necessidade de reforçar as políticas habitacionais na área. O Centro então passa a ser ao mesmo tempo um espaço histórico, cultural, porém, marginalizado. “O centro tem um significado simbólico, em função da presença do patrimônio histórico e cultural, o que é claramente cabível como justificativa política e social para a aplicação de recursos públicos no processo de recuperação para determinados grupos sociais” (Bonfim, 2004, p. 39). O morar perto da infraestrutura urbana, nesse caso do Centro, traz benefícios não apenas para aquela população, mas para toda cidade. A Comissão de Estudos sobre Habitação na área Central da cidade de São Paulo (2001), fala sobre as vantagens de uma cidade menos segregada: reduziria deslocamentos, assim reduzindo custos e o desgaste da população, e melhoraria o trânsito. A comissão ainda fala da necessidade de aproximação da moradia e do trabalho e rompimento da ideia de que habitação social deve ser feita na periferia. “O enfrentamento da questão habitacional na renovação dos centros urbanos enfrenta um problema social: a expulsão da população originalmente moradora é quase uma regra “natural” do mercado, devido à valorização imobiliária” (Maricato, 1994, p. 131). Porém, ainda de acordo com a autora, alguns projetos mostram que esse movimento segregativo pode ser amenizado. O incentivo a esses movimentos poderia contribuir com as intenções de manter o Centro vivo todos os dias, ao longo de todos os seus períodos, e isso exige que a moradia seja garantida e incentivada. Com a autoridade de especialista, Maricato afirma que, sem um programa habitacional qualquer plano de revitalização da área central tem poucas chances de dar certo.

### **Considerações Finais**

A cidade é o local onde, basicamente, o indivíduo exerce sua cidadania e o espaço é o lugar onde se concretizam as relações sociais, de solidariedade e de poder, o lugar do cotidiano, das experiências, da construção de práticas coletivas. Para Jelin (1996), tanto a cidadania como os direitos estão permanentemente em processo de construção, contudo a base social da cidadania só vai crescer com a inclusão de grupos sociais minoritários e discriminados, dando foco, ao mesmo tempo, à tolerância e respeito à alteridade. A autora diz que para ser cidadão ativo e responsável é necessário ter oportunidades em que seja possível aprender e desenvolver habilidades e ideias para a formação de consciência, a de ser um sujeito, com direito a ter direitos. É o aspecto cívico da cidadania que se apoia nos vínculos entre o sujeito e a coletividade a qual pertence, nos sentimentos que o unem a uma coletividade. Os espaços públicos urbanos prestam-se a servir de suporte a essa cidadania compartilhada.

Segundo Lefèbvre (1981) as práticas sociais de produção e reprodução do espaço têm base em três dimensões: práticas espaciais (percebido), representações do espaço (concebido) e espaços de representação (vivido). A primeira relaciona as ações e os objetos, portanto, a interação entre o homem e os suportes materiais que estão no espaço. Já o espaço concebido se refere às formas de conceber e representar o espaço (leis, códigos, posturas, normas, mapas, planos, entre outros). O espaço vivido é percebido através das representações e práticas espaciais cotidianas. Na medida em que se constituem processos históricos de conquista de direitos e deveres, a cidadania e a democracia concretizam-se na sociabilidade cotidiana e na eficácia das instituições e equipamentos públicos.

Enfim, de que maneira podem-se representar os espaços públicos centrais na cidade de São Paulo?

Como visto, pode-se dizer que os espaços públicos nas cidades contemporâneas se caracterizam muito mais pelo fluxo do que como local de encontros e discussões. Os espaços públicos centrais em São Paulo têm sido identificados como espaços de velocidade, competição, pleno de relações de alterofobia, agorafobia de um lado e de aporofobia, de outro. Riscos e insegurança cercam os cotidianos de muitos, em vulnerabilidade, um transitório permanente (Rolnik, 2015) e nomadismo urbano (Véras, 2016).

Na dimensão mais global da relação entre nós e os outros, coloca-se o conflito entre a universalidade de direitos e o pluralismo seja cultural, de gênero, de idade, ou de classe que produzem diversidade. Jelin (1996) mostra, por meio dessas contradições, que não há uma forma única de abordar a questão da alteridade e da pluralidade e se deve reconhecer a sua historicidade.

Os espaços centrais em São Paulo apresentam, de um lado, fluxo, velocidade, circulação e também violência, insegurança, congestionamentos, poluição de várias ordens. De outro lado, pessoas que habitam logradouros públicos, em total demonstração de cidadania mutilada, cidadãos sem cidadania, sem abrigo, alguns por estarem alijados de mercado formal e de segurança do trabalho, outros pelas exclusões sucessivas da saúde e educação e até mesmo de assistência social que não consegue acolher a todos na direção do respeito e autonomia. Viver em risco, parafraseando Kowarick (2002), é a constante dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade perene, quer para a população em situação de rua quanto para as ocupações pois muitas delas oferecem riscos de imóveis em espaços precários pela instalação deficiente de equipamentos hidráulicos ou elétricos, tanto quanto pelo risco de expulsão.

Se os espaços públicos são protagonistas da cidade, a questão habitacional é prioritária, pois as áreas centrais devem ser objeto de intervenção nesse sentido, devendo receber trabalhadores em moradias adequadas, como se tentou demonstrar em ambas as situações das ocupações e de pessoas morando nas ruas. Sennett em seu *Juntos* (2012):

A contracorrente da competição é agressão e raiva, sentimentos profundamente enraizados nos seres humanos. Ensaaios, conversas, coalizões, comunidades ou oficinas podem contrabalançar esse impulso destrutivo, pois o impulso da boa vontade também está gravado em nossos genes. Como animais sociais, precisamos descobrir pela experiência como encontrar o equilíbrio (Sennett, 2012, p. 87).

Um elemento essencial é modificar a noção do tempo em sua relação com o uso do espaço público da cidade tradicional e sua conotação. Conscientes de que é ir contra a correnteza, numa sociedade onde a velocidade foi imposta ao custo de perder qualidade de vida, onde “tempo é dinheiro”. Pareceria uma utopia planejar que é urgente acalmar a dinâmica do espaço público. É uma questão de essencial importância para a saúde da sociedade e dos indivíduos.

Castells (2014) em *Redes de indignação e esperança* retrata os movimentos ocorridos nos últimos anos, como a “Primavera Árabe” em que a internet desempenhou papel principal. Mas é na rua, no espaço público, que esses movimentos querem exprimir seu sentimento, sua indignação, sua revolta, suas reivindicações.

Pela superação deste estado de coisas, necessariamente, há de se completar uma volta em espiral: recuperar o espaço público implica um retorno ao essencial. Tem-se de mudar mentalidades, políticas públicas e facilitar novas formas de viver o espaço público, garantindo cinco aspectos fundamentais: conectividade-mobilidade, funcionalidade, segurança, comodidade e beleza (Alomá, 2013).

O início da reapropriação do espaço público estará garantido se forem cumpridos ao menos determinados princípios: Cidadãos com moradia adequada, transportes coletivos adequados e que respeitem as necessidades das pessoas, vida nas ruas para encontro e fruição, espaços para o debate político, trabalhadores inseridos no mercado laboral, com direitos e deveres e rendimentos capazes de lhes assegurar saúde e educação para si e para suas famílias.

Em outras palavras, o espaço público será um lugar para ser desfrutado por todos por direito, será um lugar onde o tempo será também vida e não apenas dinheiro; isto é, que haverá tempo para a recriação de tudo aquilo que supõe o desenvolvimento urbano, tanto individual como em coletividades.

## Referências

- ALOMÁ, P. R.; P. R. *O espaço público, esse protagonista da cidade*. ArchDayli Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-162164/>. Acesso em: jan. 2022.
- ARENDT, Hannah: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.
- ALOMÁ, P. R.; P. R. *Origens do totalitarismo – antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Z. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- BAUDRILLARD, J. *America*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1986.
- BOMFIM, V. C. O Centro Histórico de São Paulo: a vacância imobiliária, as ocupações e os processos de reabilitação urbana. *Cadernos Metrôpoles: desigualdade e governança*, São Paulo, v. 12, p. 27-48, 2004.

- BORJA, J. *et al. Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid: Editorial Sistema, 1990.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- COMISSÃO de estudos da Câmara Municipal. *Relatório Final sobre Habitação na área central*. São Paulo: Câmara Municipal, 2001.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança, movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013
- CERQUEIRA, Y. M. Espaço Público e Sociabilidade Urbana. *Apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea*. Natal, RN, Brasil: UFRN, 2013.
- CORDEIRO, D. B.; ANJOS NETO, J. D. “O cotidiano da população em situação de rua da cidade de São Paulo: um estudo a partir da Tenda Bela Vista”. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, v. 8, 2021.
- DA MATTA, R. *A Casa e a Rua*: São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- FIPE. *Relatório Favelas e Cortiços no Município de São Paulo*. São Paulo, Fipe, 1994.
- FIPE. *Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2015.
- FIPE. *Levantamento censitário e a caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- FIPE. *Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- FRANGELLA, S. M. “Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas”. *Cadernos Metrópole*, n. 13, 2005.
- FRÚGOLI, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetória, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.
- FRÚGOLI Jr, H. *Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1995.
- FRÚGOLI Jr, H. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- GIORGETTI, C. *Morador de rua. Uma questão social?* São Paulo, EDUC, FAPESP, 2006.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC editora, 1992.
- GRAMAJO, C. S.; MACIAZEKI-GOMES, R. C.; SILVA, P. S.; PAIVA, A. M. N. “(Sobre)viver na Rua”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, 2023.
- GUERREIRO, Isadora de A. “Como funciona o Auxílio Aluguel em São Paulo”. *Labcidade. São Paulo: Labcidade FAU-USP*, 29 de agosto de 2019.
- GUEDES, C E F. *Alteridade e cidadania: os idosos usuários do metrô de São Paulo*. Tese de doutorado. Ciências Sociais. PUCSP, São Paulo, 2014.
- GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GUARESCHI, P (org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes 1995.
- HAROCHE, C. *condição Sensível*. São Paulo: Ed Contracapa, 2008.

- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, O. A cidade global. *Revista Cultura Vozes*, ano 88, n. 2, p. 25-39, 1994.
- JELIN, E. Cidadania e Alteridade: o Reconhecimento da Pluralidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 15-25, 1996.
- JODELET, D A Alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A (org.) *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- JOVCHELOVITCH, S. Re(des)coabrindo o outro – Para um entendimento da alteridade na Teoria das Representações Sociais. In: ARRUDA, A (org.) *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOVCHELOVITCH, S. *Representações Sociais e Esfera Pública- A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KAZTMAN, R e QUEIROZ RIBEIRO, L. C. “Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina”. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, EDUC, 2000.
- KAZTMAN, Rubén; FILGUEIRA, Fernando. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades (Aveo). In: CUNHA, José Marcos P. da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- KOWARICK, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 61-86, 2003.
- KOWARICK, L. *Áreas Centrais de São Paulo: Dinamismo Econômico, Pobreza e Políticas*. Fórum Centro Vivo. São Paulo, dezembro de 2004.
- KOWARICK, L. : Viver em risco- sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. *Novos Estudos*. CEBRAP. N. 63. p. 9-30, 2002.
- LANFRANCHI, C. T. N. O Direito à Moradia e a Situação de Rua. *Ponto-E-Vírgula*, v. 27, 2021.
- LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. *O campo social da situação de rua violência e segregação*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MARICATO, E. *São Paulo – Centro XXI: Entre a história e o Projeto (1994)*, São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 127–131. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório, 1994.
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, J. de S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- MARTINS, J de S: *Exclusão Social e a nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- MATOS, O.C.F. “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças”. *Revista Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano II, p. 45-52, 1982.

- MATOS, O. N. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Ed Alfa e Ômega, 1974.
- MATOS, O. N. História de Triângulo em São Paulo. *Revista História-USP*, 1955.
- MARX, K. *O Capital, crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARX, K; ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. *TEXTOS III*, São Paulo: Edições Sociais, 1973.
- MEDEIROS, A. *Pessoas em situação de rua – saída para a saída: um estudo sobre pessoas que saíram da rua*. (Tese Doutorado em Serviço Social), PEPG Serviço Social PUCSP, São Paulo, 2010.
- MEYER, R. M. Prosperi. *SÃO PAULO – Centro XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO (1994)*, São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 06–10. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório.
- MARTINS, J de S. *Exclusão Social e a nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- MORSE, R. *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo: Ed DIFEL, 1970.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 1978.
- MUMFORD, S. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, R J. *Territorialidade negra e segregação racial em São Paulo. A luta por cidadania no século XX*. São Paulo: Ed Alameda, 2016.
- PASTERNAK, S: Favelas: fatos e boatos. In: KOWARICK ,L; FRUGOLI, H (orgs): *Pluralidade Urbana. Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). Decreto nº 40.232 de 2 de janeiro de 2001. *Centro POP*, 2020. Disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br). Acesso em: 01 fev. 2023.
- PRETECEILLE, E. “Cidades globais e segmentação social”. In: RIBEIRO, L.C.Q. e SANTOS Jr., O. A. dos (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana, o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1994.
- ROLNIK, R: *GUERRA DOS LUGARES. A Colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço* São Paulo: Hucitec, 1999.
- SÃO PAULO, CIDADE: *Secretaria Municipal de Planejamento SEMPLA* São Paulo. 2007.
- SPOSATI, A. *Dossiê São Paulo*. São Paulo, Sempla, 1995. Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo. Equipe Arquidiocesana, Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social – PUC-SP, Cedec et al. *Mapa de Exclusão Social*. São Paulo, 1995.
- SÃO PAULO. *Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo*. 2018.
- SÃO PAULO. Secretária Municipal de Planejamento. *Olhar São Paulo: Contrastes Urbanos*. São Paulo 2007.

- SÃO PAULO, CIDADE: *Município em Mapas: cultura e território: uma análise da economia e dos espaços culturais na cidade*. São Paulo, Secretaria Municipal de Planejamento, SEMPLA, 2007.
- SASSEN, S. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press, 1991.
- SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Ed.Cia das Letras, 1998.
- SENNETT, R. *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.
- SENNETT, R. *Juntos Os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2012.
- SILVA, H. M. B. *O centro de São Paulo: que futuro para a habitação?* São Paulo: LABHAB/FAU-USP/Caixa Econômica Federal/ Fupam/Metrô. Setembro.2001
- SMADS, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. *Projeto Redenção*. São Paulo: SMADS, 2018.
- STANDING, G. *O Precariado. A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- SILVA, A. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 2001.
- SIMMEL, G. Metrôpole e a vida mental. In: VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969.
- SIMMEL, G. A Sociabilidade, *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- SIMMEL, G. A Sociabilidade. A metrôpole e a vida mental. In: VELHO, O G (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967.
- SOUZA, C.F. (org) *Imagens Urbanas: Os diversos olhares na formação do Imaginário Urbano* - Ed. da Universidade – UFRGS/1997.
- SPOSATI, A. (coord.). *Mapa da exclusão/inclusão em São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- STETTINGER, V. *Funambules de la précarité. Vendeurs de journaux et mendiants du métro parisien*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- TELLES, E. Segregação racial e crise urbana. In: RIBEIRO, L.C. e SANTOS Jr., O. A. dos (orgs). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- UNITED NATIONS Human Settlements Programme (UN-Habitat). *World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities*. Nairobi: UN-Habitat; 2022.
- VARANDA, W; ADORNO R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde Soc*. 2004.
- VÉRAS, M. P. B; BONDUKI, N. G. *A luta pela habitação e as políticas habitacionais*. COVRE, M. A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- VERAS,M.P.B. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *São Paulo em Perspectiva*. Fundação Seade, v.1, 1987.
- VÉRAS, M. P. B. vida social e sua concha: notas sobre Henri Lefebvre e a cidade. *Revista Margem*. Faculdade de Ciências Sociais. PUCSP. São Paulo, EDUC/FAPESP, 1992.
- VÉRAS, M. P. B. A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n. 2, p. 10-19, 1995.
- VÉRAS, M. P. B. Tempo e Espaço na Metrôpole Breves reflexões sobre assincronias Urbanas. *São Paulo Perspectiva*, v. 15 n. 1, 2001.

- VÉRAS, M. P. B. *DiverCidade Territórios Estrangeiros Como Topografia da Alteridade em São Paulo*, Educ São Paulo/2003.
- VÉRAS, M. P. B. “Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais em São paulo”. In: CHAIA, M; SILVA, A. A. (orgs): *Sociedade, Cultura, Política, ensaios críticos*. São Paulo: EDUC, 2004.
- VÉRAS, M. P. B. A Produção da Alteridade na Metrópole: Desigualdade, Segregação e Diferença em São Paulo; In: DANTAS, S.(org) *Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais*. Ed, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), 2012.
- VÉRAS, M. P. B.. “Cidade, Vulnerabilidade e Território”. *Revista Ponto e Vírgula*, PUCSP, n.7, 2010.
- VÉRAS, M. P. B. “Desigualdades sociais e nomadismo urbano: dos processos de segregação à exclusão do direito à cidade”. GUIMARÃES, I *et al.* (orgs): *Revisitando cidades brasileiras. temas de Pesquisa*. São Paulo: Max Ed, 2021.
- VÉRAS, M. P. B.. Sociologia Urbana.das construções teóricas do espaço ao direito à cidade In FAZZI, R *et al.*(org): *Campos das Ciências Sociais.Figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- VÉRAS, M. P. B.. Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia [S.L.]*, v. 4, n. 7, p. 175-210, 2016.
- VÉRAS, M. P. B.; CORDEIRO, D B: Nomadismo urbano e vulnerabilidade: população em situação de rua em São Paulo e os desafios às políticas sociais. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 16, n. 47, p. 474–503, 2023.
- VIEIRA, M. A. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- VILLAÇA, F. “Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M.A. *et al.* (org.). *Metrópole e globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999.
- VILLAÇA, F. SÃO PAULO – Centro XXI: ENTRE HISTÓRIA E PROJETO, São Paulo: Associação Viva o Centro, p. 38–41. Publicação elaborada para o Seminário Internacional Centro de São Paulo – Encontro Preparatório, 1994.
- VILLAÇA, F. São Paulo, segregação urbana e desigualdade. *Revista Estudos Avançados, Universidade de São Paulo*. IEA- São Paulo, 25 (71), 2011.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- WEBER, M: *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- YAMAMOTO, O. OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psic.: Teor. e Pesq.* v. 26, n. Spe, 2010.

Recebido em: 12-12-2022  
Modificado em: 16-04-2023  
Aceito em: 20-06-2023

*Maura Pardini Bicudo Vêras*

Socióloga. Doutora e Livre Docente em Ciências Sociais pela PUCSP, com pós-doutorado pelo Institut d'Études Politiques-Paris, França. É professora Titular de Sociologia para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pesquisadora bolsista de produtividade do CNPq e coordenadora do NEPUR-Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanos.

*Isabela de Souza Ramo*

Arquiteta e urbanista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.